

As transformações ocorridas no Mundo do Trabalho: O paradigma flexível e seus impactos na qualificação dos trabalhadores

Os neoliberais acusam o Estado de Bem-estar de ser antieconômico, (porque provoca crise fiscal), antiprodutivo (porque desestimula o trabalho e o investimento), ineficaz (porque favorece o monopólio estatal e a tutela dos interesses particulares) e ineficiente (porque elimina as formas tradicionais - - família e comunidade – de proteção social).

Considerado pelos neoliberais como o vilão da crise, o Bem-estar Social foi colocado em questão e, por isso, são realizados cortes nas políticas sociais. As políticas sociais no neoliberalismo já não são mais para todos como no Bem-estar Social. São políticas só para os mais carentes.

Visando reduzir os gastos sociais, as políticas sociais neoliberais passam a ter um caráter mais pontual, assistencialista e compensatório. Só alguns se beneficiam dessas políticas. O Estado não “gasta” mais com todos. A lógica não é mais a universalidade, a igualdade, mas sim a equidade: “dar mais a quem tem menos”. Esta corresponde a uma estratégia para a manutenção da ordem social desigual.

A globalização econômica, que se caracteriza por uma maior aceleração, concentração e mobilidade do capital, vêm, a partir dos anos 70, impondo uma nova ordem nas relações econômicas entre as nações. Esse processo, denominado por muitos de mundialização, a um só tempo dinamiza a economia, internacionalizando mercados e serviços financeiros, e provoca novos arranjos estruturais, aprofundando as contradições sociais e políticas.

Convive-se com uma nova organização social da produção que exige formas distintas de cooperação capitalista, marcadas pela necessidade de articulação e integração de empresas. Essa nova ordem determina também que as empresas busquem estratégias de elevação da competitividade, mediante a utilização intensiva de tecnologia e inovações nos processos de gestão do trabalho. A produção passa por um processo de reestruturação que traz imensas conseqüências para o mundo do trabalho. De fato, o novo paradigma conta com um novo modelo tecnológico, a especialização flexível, do qual o toyotismo é o formato mais emblemático. Esse novo modelo está fundado em novas bases tecnológicas e produtivas e é promotor de mudanças no âmbito da divisão do trabalho, dos conteúdos do trabalho e da qualificação dos trabalhadores.

Por sua vez, essas transformações produtivas são responsáveis (ao lado das políticas econômicas neoliberais) pela redução do emprego assalariado que marca os anos 90. Assim, o processo de reestruturação produtiva trouxe também profundas mudanças para o mercado de trabalho, que passa a incorporar dimensões novas, como a informalização das camadas médias, além de acentuar traços que nele já estavam presentes, como as atividades informais e a flexibilização do trabalho. Assiste-se então à adoção de terceirizações e de subcontratações, à contração do emprego, à expansão do mercado informal, à desregulamentação dos contratos de trabalho, à precarização das condições de trabalho, à eliminação de postos de trabalho, ao desemprego estrutural e crônico, enfim, à exclusão social

Essas transformações de ordem econômica correspondem a mudanças no plano estatal. Rompem-se as barreiras que antes regulamentavam e protegiam as economias nacionais. Os estados redefinem suas funções e seu espectro de atuação. Ocorre a reforma do aparelho estatal, o estabelecimento de relações de um novo tipo entre o Estado e a sociedade civil e a realização de mudanças na condução das políticas sociais (MONTAÑO, 2002). As mudanças no papel e funções do Estado, que busca agora articular um crescimento econômico não excludente com menor compromisso com a produção e distribuição de benefícios sociais, levam à adoção de novas estratégias de desenvolvimento de políticas sociais, como forma de garantir a continuidade do processo de acumulação e, ao mesmo tempo, evitar que o acirramento da desigualdade social possa se transformar em conflito político incontornável. A privatização, a focalização e a descentralização das políticas são implementadas como tentativa de resolução dessa problemática, marcando de modo distintivo a totalidade das políticas sociais da maioria dos países ocidentais.

O Estado Neoliberal

Os anos 80 e 90 são marcados por mudanças no âmbito estatal que correspondem a adaptações e alterações na configuração e nas políticas sociais desenvolvidas pelos Estados de Bem-estar que se consolidaram nos países centrais no pós-guerra. Como vimos na aula passada, o pensamento neoliberal se tornou hegemônico e saiu vitorioso com a eleição dos governos conservadores, trazendo a necessidade de romper com as antigas estratégias de condução das políticas econômicas e sociais.

Essa ruptura é interpretada por alguns autores como Laurell (1995) como relativa à necessidade de adequar o Estado às exigências impostas pela tentativa de adoção de um novo regime de acumulação e desencadear uma nova etapa de expansão capitalista, atrelada a um novo ciclo de concentração de capital. Tratava-se de criar as condições políticas para a realização deste projeto, mediante a fragilização das organizações reivindicatórias da classe trabalhadora.

Os neoliberais defendem a reconstituição do mercado, da competição e do individualismo, como argumentos básicos para as mudanças realizadas tanto no âmbito da política econômica, quanto nas políticas sociais. Propõem a eliminação da intervenção do Estado na economia, seja no que diz respeito ao planejamento mais sistemático, seja no que concerne à sua atuação enquanto produtor direto, através da desregulamentação das atividades econômicas e da privatização. Advogam o Estado Mínimo e a realização de cortes nas políticas sociais, como forma de desativar os mecanismos de negociação e os direitos adquiridos pelos trabalhadores (LAURELL, 1995).

Considerado pelos neoliberais como o vilão da crise, o bem-estar social foi colocado em questão. Como vimos, os neoliberais entendiam que a crise era fruto da atuação do Estado de Bem-estar Social. Viam o Bem-estar como o grande culpado, pois:

Ele intervinha na economia, regulando preços e interferindo na lógica natural dos mercados (para os neoliberais o mercado deveria ser deixado “livre”, sem intervenção, já que a sua livre atuação garantiria o equilíbrio econômico. Na visão dos neoliberais, o estabelecimento de regras políticas, como a do salário mínimo, causava distorções nos sistemas de preços, impedindo que estes atingissem seu ponto de equilíbrio mediante a lei da oferta e da procura. O desemprego era considerado desejável pelos neoliberais. A ausência de proteção estatal era também fundamental, pois estimulava a competitividade entre as organizações, considerada vital para o crescimento econômico.);

Ele apoiava os sindicatos (para os neoliberais o Estado estaria acobertando os sindicatos, incentivando o corporativismo, mantendo certos grupos sob seu domínio);

Ele realizava gastos sociais em demasia (para os neoliberais, as políticas sociais acabavam por ampliar a dívida pública e eram medidas paternalistas, já que não estimulavam a busca pelo crescimento da renda dos indivíduos. De acordo com os neoliberais, para que houvesse estímulo por uma vida melhor, era necessário que houvesse desigualdade social, que cada um fosse deixado “livre” para tentar melhorar de vida segundo seus talentos e capacidades). Os neoliberais acreditavam que o Estado deveria intervir minimamente na vida das pessoas, deixando de implementar os serviços sociais públicos como saúde, educação, habitação, previdência etc. Acreditavam que essas necessidades sociais deviam ser resolvidas no âmbito das famílias e comunidades, sem interferência do Estado. O objetivo era estimular a competição e o individualismo. Assim, esses serviços sociais deviam ser oferecidos pelo setor privado. Não foi mesmo o que ocorreu? No Brasil, depois dos anos 90, cresceram os serviços privados como: seguro saúde, previdência privada, expansão do ensino (sobretudo o superior) privado etc.

Assim, os sistemas de proteção social do Estado de bem-estar foram duramente criticados pelos neoliberais que rompem com os benefícios concedidos à classe trabalhadora, por meio de corte nas políticas sociais (saúde, habitação, educação etc.) e de corte ao apoio aos sindicatos. Desta forma, os novos Estados Neoliberais ou Mínimos que se constituíram passam a desmontar as estruturas criadas pelo Estado de Bem-estar Social.

Numa perspectiva de cortes nos gastos sociais, o Estado acaba por só atuar nos serviços sociais destinados à camada mais empobrecida da população, de modo a “apagar os incêndios” sociais da miséria e da fome. As políticas sociais

no neoliberalismo já não são mais para todos como no Bem-estar Social. São políticas só para os mais carentes. Visando reduzir os gastos sociais, as políticas sociais neoliberais passam a ter um caráter mais pontual, assistencialista e compensatório.

Aí é que surgem: o restaurante popular, o bolsa-família, o cheque-cidadão etc. Só alguns se beneficiam dessas políticas. Não são mais implementadas políticas para todos, universais, de qualidade, como no Estado de Bem-estar Social. O Estado não “gasta” mais com todos. A lógica não é mais a universalidade, a igualdade, mas sim a da equidade: “dar mais a quem tem menos”. Essa corresponde a uma estratégia para a manutenção da ordem social desigual.

O Novo Paradigma Tecnológico

No plano econômico, após os anos 70, o processo produtivo passa a incorporar cada vez mais os avanços da tecnologia como a microeletrônica, a informática, as telecomunicações, as energias renováveis e os novos materiais. Entre as principais tendências que esse novo padrão industrial apresenta é possível destacar, em primeiro lugar, o desenvolvimento da tecnologia digital de base microeletrônica e o progresso técnico que o próprio complexo eletrônico passou a gerar. O complexo eletrônico proporciona expansão e confere vantagens competitivas às indústrias, em virtude de seu potencial inovador.

Novas técnicas e novas formas de organizar os trabalhadores nas empresas são implementadas. Uma nova forma, um novo paradigma produtivo então começa a surgir: a produção flexível. Esse novo paradigma industrial convive com o questionamento dos princípios fordistas de produção, o abandono de equipamentos rígidos, voltados para a produção de produtos padronizados, e vê crescer a adoção de sistemas integrados de automação flexível.

Características do Novo Paradigma Tecnológico

Integração: maior integração entre as etapas do processo produtivo, o que assegura um aumento de produtividade, pois, com as inovações tecnológicas, ocorre à elevação dos tempos de utilização da maquinaria e dos equipamentos, como também ocorre uma otimização do fluxo de materiais, reduzindo a porosidade (tempos mortos) do processo e trabalho. Essa integração também se dá entre as empresas. Esse processo de integração vem direcionando a formação de formas multindustriais, cooperativas, que têm como objetivo integrar financiamento, fornecimento e produção sob o comando da grande empresa oligopolista. Formam-se então grandes empresas concentradas, multindustriais, com grandes braços financeiros e que operam em escala internacional (DELUIZ, 1995).

Flexibilidade: a flexibilidade das máquinas e equipamentos envolve as dimensões técnicas que garantem uma variação de processo e produto que permite à produção se adaptar (maior número de lotes de produtos manufaturados diversificados) às exigências de mercados menores e mais segmentados. Assim, ocorre a possibilidade de produzir novos tipos de produtos, diversificados e mais sofisticados, atendendo à demanda de diferentes tipos de consumidores. A flexibilidade se realiza também no âmbito da organização do trabalho produtivo, o que inclui: a) a flexibilidade dos funcionários (que agora não assumem mais um posto de trabalho fixo, mas podem ser alocados em diferentes tarefas e funções) e b) a flexibilidade de práticas de emprego - relativa à adoção de contratos de trabalho mais flexíveis – o que engloba: a flexibilidade de salários (em função do desempenho da empresa), a flexibilidade numérica (quando se ajusta o número de trabalhadores ao nível da produção mediante a demissão e o contrato de trabalho temporário ou autônomo), a flexibilidade de horário, entre outras práticas (DELUIZ, 1995).

Descentralização: uma descentralização, que ocorre em dois níveis: a) no interior da mesma unidade produtiva, viabilizando a separação de tarefas ou grupos de tarefas que se tornam relativamente independentes, e b) na subdivisão da indústria em várias outras de menor porte, interligadas por modernas redes de comunicação. Parte das atividades executadas no interior de uma única empresa também são frequentemente terceirizadas, ampliando a gama de serviços demandada pela indústria e favorecendo a redução da força de trabalho industrial diretamente vinculada às grandes empresas. A descentralização traz impactos também sobre a força de trabalho, na medida em

que as empresas subcontratadas acabam por gerar empregos diferenciados no que diz respeito aos salários, estabilidade, com contratos irregulares, gerando a precarização de grandes contingentes de mão de obra.

Inovação: em contraposição à organização do trabalho taylorista-fordista, a transformação da fábrica num organismo complexo, capaz de inovar e de atuar num mercado cada vez mais competitivo e segmentado, faz com que sejam adotadas novas formas de organização do trabalho.

A possibilidade de criação e desenvolvimento de novos produtos, fazendo com que a inovação seja a marca da produção flexível, com a adoção de novos processos de planejamento e de pesquisa de produtos e mercados.

Em contraposição à organização do trabalho taylorista-fordista, a transformação da fábrica num organismo complexo, capaz de inovar e de atuar num mercado cada vez mais competitivo e segmentado, faz com que sejam adotadas novas formas de organização do trabalho.

As relações hierárquicas e trabalhistas são reestruturadas e novas técnicas de gestão da força de trabalho passam a ser incorporadas. O trabalhador é chamado a participar e tomar decisões relativas ao controle e qualidade dos produtos, passando a responsabilizar-se pela introdução de aperfeiçoamentos e correções no processo de produção. Nessa perspectiva, diluem-se as fronteiras entre os papéis desempenhados pela gerência, pela supervisão e pelas funções operacionais. Diluem-se os contornos entre concepção e execução do processo de trabalho. (DELUIZ, 1995).

A nova base técnica, assim, provoca um impacto nos processos de produção, determinando o surgimento um novo paradigma produtivo, o paradigma da produção flexível, fundado na automação e na informatização.

A revolução tecnológica propicia a consolidação de uma nova forma de organização da produção e permite que as empresas elevem seus níveis de competitividade. Assim, é pela utilização intensiva de tecnologia e pelas inovações nos processos de gestão do trabalho que as empresas buscam se tornar mais competitivas e se manter no mercado. A cada inovação nos produtos viabilizada por essas mudanças, as empresas ganham melhor posição no mercado e ampliam seus lucros.

Essas transformações ocorridas na esfera produtiva não se consolidaram de forma homogênea em todos os países ou setores, constituindo mais uma tendência do que uma prática uniforme. O fordismo persiste. O fato é que hoje, o fordismo e o taylorismo convivem e se mesclam com outros processos produtivos que se caracterizam pela emergência de novos processos de trabalho, pela flexibilização da produção, por novos padrões de produtividade, novas formas de adequação à lógica do mercado. A eles estão associados novos padrões de gestão da força de trabalho e de desconcentração industrial.

A Natureza Capitalista da Produção Flexível

As mudanças operadas pelo toyotismo no âmbito da divisão técnica do trabalho, relativas à diluição dos contornos entre concepção e execução, não significam uma forma de organizar a produção voltada para os interesses dos trabalhadores. No toyotismo os homens trabalham em equipe, sem a linha de montagem, sem trabalho parcelado. Os trabalhadores devem introduzir melhorias no produto, inovar, solucionar problemas, operando com várias máquinas, programando e decidindo como fazer. São, portanto, operários que pensam e fazem, diferentemente dos trabalhadores desqualificados do fordismo. (DUARTE, 2008). Os trabalhadores agora pensam, tomam decisões, mas isso não significa a superação do capitalismo ou a consolidação de um processo de trabalho comprometido com os interesses de emancipação dos trabalhadores. Sob o toyotismo, os interesses do capital continuam prevalecendo.

Parte-se da noção de que o toyotismo deve ser entendido como um processo de trabalho essencialmente capitalista e que as mudanças por ele operadas no âmbito da divisão técnica do trabalho, (relativas à diluição dos contornos entre concepção e execução), devem ser compreendidas dentro do quadro do processo de valorização do capital. A transformação operada pelo toyotismo “só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital” (ANTUNES, 1995, p.33).

Os Impactos do Paradigma Flexível nas Qualificações dos Trabalhadores

A mudança qualitativa na base técnica e organizativa do processo de trabalho acarreta impactos não apenas sobre a divisão do trabalho, mas também sobre: o conteúdo do trabalho e a qualificação dos trabalhadores.

A análise a respeito do impacto que o paradigma flexível traz para as qualificações dos trabalhadores tem sido realizada por vários autores com diferentes enfoques e abordagens. Num retrospecto das análises a respeito das consequências das atuais transformações que ocorrem no mundo do trabalho sobre a dinâmica da qualificação/desqualificação humana, é possível destacar duas visões.

Inicialmente predomina a tese da requalificação dos operadores (SOUZA; SANTANA; DELUIZ, 1999). A idéia era que o novo paradigma trazia como consequência uma maior qualificação dos trabalhadores, antes desqualificados no fordismo.

Antunes (1995) defende a tese da polarização das qualificações. Afirma que o avanço científico e tecnológico introduz mudanças no processo de trabalho que se traduzem no peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social. Defende a existência de uma polarização no que se refere à qualificação dos trabalhadores. Afirma que se convive por um lado com uma dimensão mais qualificada do trabalho (pela intelectualização do trabalho social), e por outro, com a desqualificação de inúmeros setores operários, seja pela desespecialização dos trabalhadores multifuncionais do toyotismo, seja pela informalização e precarização das relações de trabalho.

Assim, em determinados setores, se constrói, no centro da produção, um novo tipo de profissional com novos atributos. Dele se exige mais educação geral, mais formação profissional. Um trabalhador capaz de:

- Se antecipar, prevenir, solucionar problemas e tomar decisões.
- Liderança, de desenvolver relações interpessoais, de desenvolver maior habilidade de comunicação etc.
- Trabalhar em equipe e introduzir inovações e melhorias.
- Responsabilidade, conhecimento do processo, ser aberto a mudanças.
- Mais autonomia e criatividade.
- Aprender continuamente e realizar trabalhos complexos e diversificados.
- Ser polivalente (isto é, capaz de operar com várias máquinas e em diferentes forças).
- Mobilizar saberes, construídos na escola, no trabalho e na vida, para dominar situações concretas, sendo capaz de transpor experiências. (DUARTE, 2008).
- Raciocínio abstrato, dominar novos conhecimentos.

Ao lado desse grupo, isto é, ao lado da intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora, o autor identifica, na periferia da produção, a presença de inúmeros setores operários desqualificados. Constata a presença dos operários desespecializados do fordismo, dos operários parciais, temporários, subcontratados, terceirizados, dos trabalhadores da economia informal, dos desempregados.

Verifica-se, então, uma segmentação na classe trabalhadora do seguinte tipo: no centro do processo produtivo encontra-se um grupo de trabalhadores, em processo de retração em escala mundial, mas que permanece em tempo integral dentro das fábricas, com maior segurança no trabalho e mais inserido na empresa. (...) esse segmento é mais adaptável, flexível e geograficamente móvel. (...) A periferia da força de trabalho compreende dois subgrupos diferenciados: o primeiro consiste em empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado. Este subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo subgrupo situado na periferia oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança no emprego que o primeiro grupo periférico. (...) ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolve-se

também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que superqualifica em alguns ramos produtivos e desqualifica em outros. (ANTUNES, 1995, p.53/54).

As Mudanças nas Relações de Trabalho e no Mercado de Trabalho

A introdução de um novo paradigma industrial e tecnológico não foi o único efeito da reestruturação mundial do capitalismo ocorrido nos últimos anos. Concomitantemente, e como parte do mesmo movimento, podem ser observadas profundas transformações nas relações de trabalho e no conjunto do mundo do trabalho.

Transformações que operam uma fratura nos termos em que estava constituída a relação capital/trabalho do pós-guerra. Se este período do pós-guerra se caracterizou pelo avanço das conquistas trabalhistas (salário mínimo, fundo de garantia, férias, 13º salário, entre outras), agora, com a ofensiva do capital reestruturado sob predominância financeira, assiste-se a um novo alinhamento de forças, no qual o trabalho perde muito de seu poder e representação. (PINHEIRO, 1999)

As conquistas dos trabalhadores obtidas no contexto do Estado do Bem-estar e as políticas de pleno emprego e de crescimento econômico vividas no pós-guerra estão sendo questionadas, e a antiga relação salarial consolidada nessa época está se desestruturando, fragmentando o mundo do trabalho e rompendo com as formas de segurança do trabalho conquistadas nos anos dourados.

Essas mudanças dizem respeito não apenas à criação de novas e restritas relações de trabalho, mas também e, sobretudo, à expansão da exclusão econômica e social. Elas trazem para o cenário atual uma realidade impensável nos chamados anos de ouro, pois provocam: a redução do emprego, a ampliação do desemprego, a intensificação do trabalho, o surgimento de novas formas de trabalho, as mudanças na forma e no conteúdo das contratações e a redução do poder dos sindicatos.

A nova realidade do mundo do trabalho coloca em cheque a crença de que o mercado é eficiente e capaz de, em seu processo de expansão, absorver um número crescente de indivíduos, que irão viver sob os mesmos princípios de organização do mundo do trabalho: com salários e empregos assegurados para a grande maioria. Assim, a atualidade coloca em questão a capacidade de o sistema capitalista garantir condições de trabalho e vida digna para a maioria da população, bem como a sua capacidade de promover o progresso e de se desenvolver de forma abrangente e homogênea. (PINHEIRO, 1999).